

A LEITURA NA COLÔNIA: SEM LIVRO E SEM IMPRENSA

Raquel Schnoeller de Toledo¹

Mestranda em Língua Portuguesa (PUC-SP)

RESUMO

Este texto tem como objetivo analisar de que forma ocorreu o processo de leitura no Brasil Colonial, diante de um cenário em que a nação dispunha de pouquíssimos livros e de nenhuma imprensa. Para tanto, o presente artigo, que está pautado nos princípios da História das Ideias Linguísticas (AUROUX, 2014 [1992], FÁVERO; MOLINA, 2006, COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017), percorre a institucionalização do ensino de língua portuguesa promovida pelos jesuítas e, também, as consequências da ruptura determinada por Pombal. Como resultado, o estudo demonstra a cisão no desempenho da competência leitora entre os brasileiros (filhos de nativos) e a desigualdade nessa competência, comparando-se os filhos de nativos e os filhos de colonizadores ao final do século XVIII.

Palavras-chave: Período Colonial. Competência leitora. História das Ideias Linguísticas.

Introdução

O período que compreende desde a vinda dos jesuítas ao Brasil, a partir de 1549, até sua expulsão, em 1759, representou importante período da nossa história, sobretudo para a formação de nacionalidade. A presença da Companhia de Jesus – em Portugal e nas colônias – findou com sua expulsão decretada por Marquês de Pombal, em 1759. Na sequência, instaurou-se a reforma pombalina, que completou o período colonial e interveio bruscamente no Ensino e no processo de leitura no país.

Os primeiros jesuítas, liderados por Manuel da Nóbrega, desembarcaram na Bahia, juntamente com o primeiro Governador-Geral: Tomé de Sousa. Com suas bases edificadas por Inácio de Loiola em 1534, tinham por compromisso essencial a defesa dos interesses da corte e a propagação da fé. Ao Brasil vinham, portanto, com o objetivo da instrução pedagógica de colonos, mas, também, da catequese de indígenas. Outras ordens religiosas desembarcaram no país, mas nenhuma com a abrangência e o poder da Companhia de Jesus.

No artigo, tem-se por objetivo traçar um panorama geral sobre a leitura no Período Colonial. Da mesma maneira, pretende-se apresentar as ações pedagógicas e linguísticas promovidas pela Companhia de Jesus e, depois, pela reforma pombalina. Então, ao final, almeja-se avaliar as heranças deixadas por esse período, marcado pela ausência de livros e de

¹raquel.toledo.rt@gmail.com

imprensa. Para tanto, serão utilizados os princípios teórico-metodológicos propostos pela História das Ideias Linguísticas, tendo por base os autores Auroux (2014 [1992]) e Fávero e Molina (2006); afinal:

Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. [...] O saber (as instituições que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber. (AUROUX, 2014, p. 12)

O saber linguístico selecionado para análise nessa exposição delimita-se ao texto de abertura da obra intitulada *Grammatica da Língua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Madre Igreja*, mais conhecida como *Cartinha com os Preceitos e Mandamentos da Santa Madre Igreja*², e *cõ os Misterios da Missa e Responsoreos Della*, do autor João de Barros. Trata-se da primeira parte da obra *Grammatica da Língua Portuguesa*, que foi publicada em 12 de janeiro de 1540 – 23 dias após a publicação *Cartilha*. À última publicação foram acrescentadas outras duas partes: *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem* e *Diálogo da Viciosa Vergonha*.

Por conseguinte, a análise objetiva avaliar como se deu o desenvolvimento da competência leitora no Brasil Colonial. Para tanto, será considerada a divisão ensejada por Saviani, que propõe, sobre o período jesuítico, dois momentos: o primeiro, resultante da adaptação e da construção, denomina-se “primeiro século”; o segundo, marcado pelo desenvolvimento e pela extensão, denomina-se “segundo século” (SAVIANI, 2010, p. 19). Também serão analisados os anos finais do período colonial, marcado pelas reformas de Pombal.

História das Ideias Linguísticas

² A *Cartinha com os Preceitos e Mandamentos da Santa Madre Igreja* tem sua primeira edição publicada em 1539, durante o reinado de D. João III (1521–1557). Filho mais velho de D. Manuel I, rei à época do descobrimento do Brasil em 1500, D. João III ficou conhecido como “O Piedoso”.

Diante do aspecto de interdisciplinaridade das duas áreas do conhecimento: língua (desenvolvimento da competência leitora) e história (período colonial do Brasil), é fundamental um aparato teórico-metodológico capaz de abarcar tal diálogo. Nesse sentido, a manifestação de ideias ao redor de um saber está sob influência de acontecimentos políticos, sociais culturais, bem como de experiências legadas do passado, constituindo o conceito de *cumulação*, que se baseia em fatos descritos e analisados para o devir como produto. Temos, logo, a frutificação da História das Ideias: História das Ideias da Pedagogia, História das Ideias da Psicologia, História das Ideias das Ciências Sociais, História das Ideias da Linguística. Veja-se esse aspecto:

Manifestam-se, assim, duas das características essenciais dos saberes sobre a língua e a linguagem na longa duração do tempo: o fato de que esses saberes são precisamente construídos na longa duração do tempo, e que há uma certa forma de acumulação dos conhecimentos nas disciplinas que se ocupam das línguas e da linguagem (a gramática e a retórica transmitem os conhecimentos antigos e relativamente estáveis); e ao mesmo tempo que ao lado da transmissão dos conceitos a longo prazo, há também o esquecimento, os vazios na memória acumulativa, que não são necessariamente ligados à falsificação das teorias ou à desatualização dos resultados. (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017, p. 17)

Além disso, segundo Fávero e Molina (2006, p. 28), o documento deve ser analisado “no seio em que foi criado”; dessa forma, recupera-se o texto de abertura da obra de João de Barros e pautam-se a interpretação dele em correlação com o mundo lusitano do século XVI e a sua influência na construção identitária de língua no Brasil Colonial. No entanto, quando se faz a História das Ideias Linguísticas, três princípios metodológicos, postulados por Auroux (2014 [1992], p. 13-14), devem ser assegurados: a *definição metodológica do objeto*, a *neutralidade epistemológica* e o *historicismo moderado*. Assim se podem mensurar os aspectos linguísticos relativos ao ensino da língua portuguesa aos que viviam no Brasil, país que estava sob dominação lusitana, e se interpretar a herança deixada por tal feito, ou seja, “o horizonte de *retrospecção e de projeção*” (AUROUX, 2014 [1992], p. 12).

Brasil: o que se lia no Período Colonial?

A chegada dos jesuítas ao Brasil marca o princípio da fase de escolarização formal e de leitura na língua portuguesa. Foi no ano de 1549, no porto da Bahia, chefiados por Manuel da Nóbrega, que desembarcaram seis religiosos da Ordem dos Jesuítas. A Companhia havia sido fundada em 1534, por Inácio de Loyola, e, por mais que outras Companhias tenham se

espalhado pelo mundo, nenhuma cumpriu com tamanho esmero a missão de catequizar os nativos e instruir os colonos como ela.

Com os padres vieram livros, mas não em quantidade suficiente para suprir a necessidade dos colégios que eram fundados em diversas partes da colônia. A meta dos jesuítas era edificar uma escola onde quer que se erigisse uma igreja; assim, eles conseguiram concretizar o plano de, a partir dos alicerces do ensino, estruturar a catequese e a colonização. Contavam, para tanto, com a propagação do ensino da língua portuguesa e com o aprendizado da língua dos nativos.

Entre os jesuítas, Aspicielta Navarro foi o primeiro que aprendeu a língua indígena – dela se utilizou desde 1550 na pregação para os nativos. Mas foi José de Anchieta quem concentrava alto grau das virtudes evangélicas e as aptidões intelectuais na aquisição da língua local. Ainda assim, mesmo com o recebimento de 10% de toda a arrecadação dos dízimos reais (estabelecido em decreto no ano de 1564 pelo “Padrão de Redízima”), com a expansão no número de colégios e com o avanço na propagação do ensino da língua portuguesa aos indígenas, faltavam livros e materiais.

Estratégias pedagógicas no ensino da língua

Deve-se observar que os objetivos dos jesuítas quanto ao ensino da língua diferenciavam-se quando voltados aos nativos e quando voltados aos filhos de colonizadores. Visto que todo campo da educação estava sob seu comando, a Ordem devia cumprir a tarefa de catequização e colonização, anseios decretados pela corte portuguesa. Nesse contexto, portanto, o conteúdo e o currículo educacional tornam-se distintos entre os grupos.

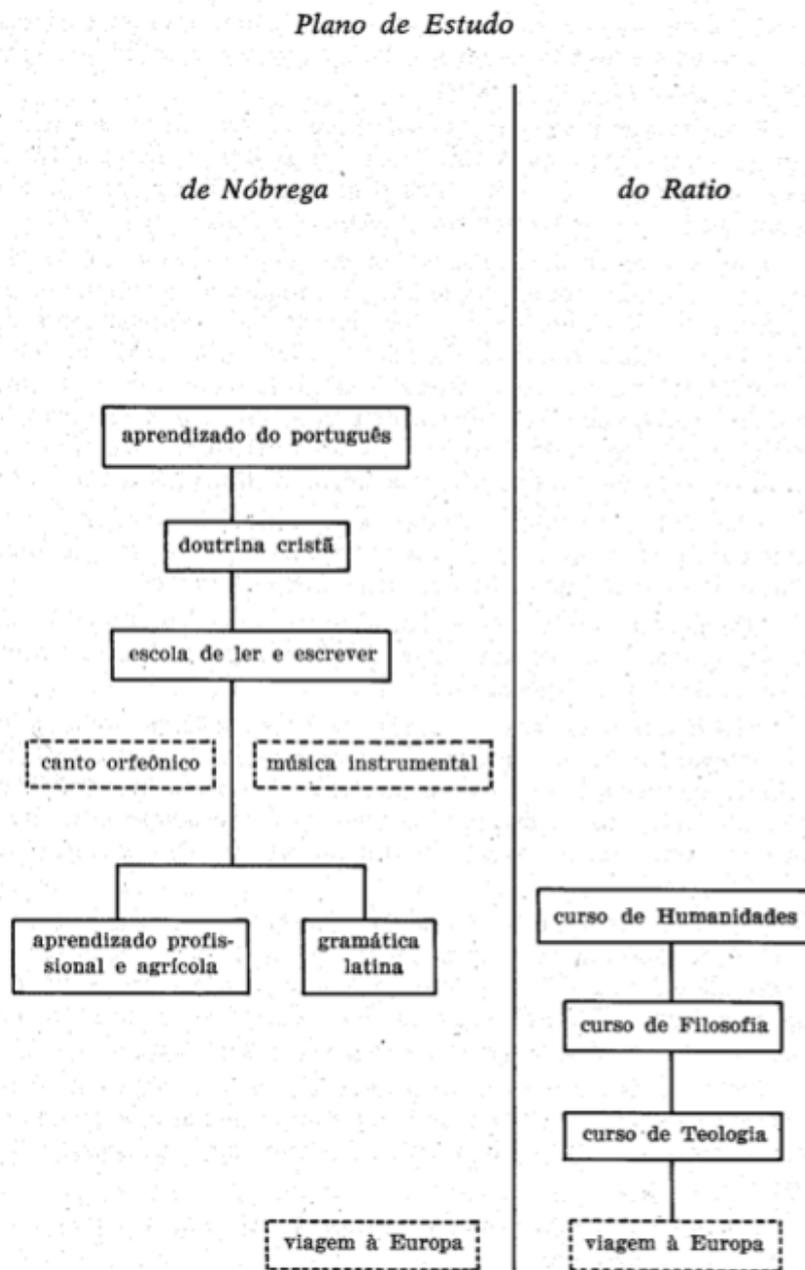
Em princípio, destacam-se as estratégias praticadas para o ensino da língua aos nativos. Em decorrência da falta de materiais, os jesuítas faziam cópia da *Cartilha* para introduzir as primeiras letras e inaugurar a catequização dos infieis. Outra estratégia era priorizar a doutrinação das crianças, pois os pais demonstravam pouca resistência na entrega de seus filhos aos cuidados dos jesuítas. Depois, essas crianças indígenas saíam pelas aldeias e ensinavam os preceitos católicos aos pais, na própria língua dos nativos.

Outrossim, solicitavam ao rei, por meio de cartas, que enviasse meninos brancos e órfãos para que interagissem com os filhos dos indígenas. Em uma coletânea de 15 cartas jesuíticas organizadas e publicadas por Serafim Leite, temos um exemplo em que Nóbrega solicita ao rei: “manda V.^a R.^a Padres, e, com eles, alguns meninos de bom exemplo a boas

vozes, para lhes dar principio. Nesta terra custa muito pouco fazer-se um Colégio e sustentá-lo, porque é terra muito farta e os meninos da terra sustentam-se com muito pouco [...]” (LEITE, 1940, p. 25).

O ensino voltado para os filhos de colonos primava o latim e a instrução para que eles continuassem os estudos na Metrópole. Observe-se o esquema elaborado por Ribeiro (1992 [1978], p. 24):

Fig. 1: Plano de Ensino



³ Carta assinada por Nóbrega e destinada “ao P. Simão Rodrigues, Provincial de Portugal. Da Bahia, 10 de julho de 1552”.

Fonte: RIBEIRO, 1992 [1978], p. 24.

Por esse gráfico, tem-se a evidência do quanto os jesuítas priorizavam o ensino das primeiras letras, afinal, o trabalho de catequese não teria como ser dissociado do ensino da leitura e da escrita. Por outro lado, o conhecimento do tupi era uma exigência aos que desejavam ingressar na Ordem, a ponto de a “língua brasílica” ser ensinada, no Brasil, no lugar do grego (idioma estudado em cursos de humanidades nos colégios jesuíticos da Europa).

Com objetivo de facilitar a colonização, a Coroa apoiou a institucionalização de uma língua geral. Sobre as línguas faladas no Brasil, nos primeiros anos de colonização, segundo “Rodrigues⁴ (1993 citado por FÁVERO, 2008), partindo de Fernão Cardim (1584), calcula a existência de 1175, faladas por cerca de cinco milhões de indígenas”. No começo do século XXI, foram reduzidas a 180, faladas por algo entre 250 mil e 500 mil indígenas (RODRIGUES, 1993 *apud* FÁVERO, 2008, p. 3).

Em toda esta província ha muitas e varias nações de diferentes línguas, porem uma é a principal que comprehende algumas dez nações de índios: estes vivem na costa do mar, e em uma grande corda do sertão, porem são todos estes de uma só lingua, ainda que em algumas palavras discrepão e esta é a que entendem os Portuguezes, é fácil, e elegante, e suave, e copiosa, a difficuldade delia está em ter muitas composições [...] (CARDIM, 1981 [1584], p. 49)

Houve, no período colonial, a escrita de duas gramáticas, “*Arte da Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil*”, de autoria de Padre José de Anchieta e cuja impressão ocorreu em Coimbra, no ano de 1595; e “*Arte da Língua Brasílica*”, escrita pelo Padre Luiz Figueira e cuja publicação provavelmente foi em 1621⁵. Diferentemente da anterior⁶, esta foi escrita com o texto todo em português e, assim, como a primeira, foi produzida a partir da interação direta com os nativos. Tal aspecto lhes confere valor inestimável, já que, por mais que não reflitam com precisão absoluta a língua dos indígenas, foram escritas em um momento em que a língua (geral) estava em pleno uso por todos.

Quanto aos cursos oferecidos pelos colégios jesuítas, após as aulas das primeiras letras, eles dividiam-se em três, de acordo com documento publicado em 1599 *Ratio atque Institutio Studiorum*, cujos objetivos eram instituir um conjunto metódico e sistemático de disposições legais e estabelecer os princípios fundamentais das atividades missionárias. A divisão entre os

⁴ RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Línguas indígenas – 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.*, 1993. p. 9, 82-104

⁵ “A edição não traz o ano da impressão, mas a aprovação para ser publicada é de 1620”. (FÁVERO, 2000, p. 90).

⁶ A gramática de Anchieta foi escrita, “provavelmente em latim”, era uma obra raríssima e teve a segunda edição publicada apenas em 1874. (FÁVERO, 2000, p. 90)

três cursos se dava em “Curso de Letras Humanas”; “Curso de Filosofia e Ciências”; e “Curso de Teologia e Ciências Sagradas”.

O documento ainda dispunha sobre a orientação a respeito da organização de cada um dos cursos. O Curso de Letras Humanas era dividido em três classes: gramática, humanidades e retórica; apresentava durabilidade de cinco anos, com níveis progressivos de dificuldade; e continha conteúdo literário de base clássica (latim e grego). Ele foi o curso que mais se propagou na Colônia. Por seu turno, o Curso de Filosofia e Ciências, também denominado “Artes”, era dividido em três anos; representava formação de nível superior; e compreendia estudos de lógica, física, matemáticas elementares e superiores, geografia e astronomia, metafísica geral, psicologia e ética. Por fim, o terceiro era o Curso de Teologia e Ciências Sagradas, cuja durabilidade era de quatro anos e servia aos fins da Companhia.

Em decorrência da orientação da *Ratio Studiorum*, que deveria ser seguida por toda a Ordem da Companhia de Jesus, onde quer que ela estivesse, houve, a partir de então, uma educação à europeia, que excluía em absoluto a instrução ao indígena, a quem se restringia a catequese, ao passo que aos descendentes dos colonizadores cabia a instrução. Consequentemente, a Companhia de Jesus corroborou a meta de formação de uma elite colonial, aspecto aspirado pela Coroa Portuguesa.

Cartinhas, valiosos manuais para as primeiras letras

Entre as estratégias pedagógicas utilizadas pelos jesuítas para o ensino das primeiras letras, estavam as Cartinhas, espécie de manuais compostos pelas letras do alfabeto e por preceitos religiosos. Dessa forma, nota-se a correlação entre o ensino da língua e os ideais católicos, elementos estruturantes da missão jesuítica nas colônias, a fim de que os anseios da Corte quanto à dominação e à extração de riquezas fossem atendidos.

Para tanto, a *Cartilha* de Barros pode ser considerada um dos mais importantes entre os manuais utilizados nos primeiros colégios do Brasil no século XVI com o intuito de ensinar as primeiras letras e preceitos religiosos aos nativos. Sob o viés da História das Ideias Linguísticas, convém observar que a obra de Barros é significativa valia para a realização da análise a que este artigo se propõe – avaliar como se deu o desenvolvimento da competência leitora no Brasil Colonial –, visto que a *Cartilha com os Preceitos e Mandamentos da Santa Madre Igreja* objetiva alfabetizar (para dominar por meio da língua) e catequizar; unindo, portanto, anseios

do Estado e da Igreja, princípios vigentes da época⁷. Nesse aspecto, a *Cartinha* de João de Barros

[...] tinha uma dupla tarefa: educar e evangelizar, pois as cartilhas, além de ensinar as primeiras letras, serviam como instrumento de evangelização ao levar a doutrina católica aos povos recém-contactados pela expansão do Império. No mundo português do século XVI, a expansão do império lusitano acarretou também a expansão da língua portuguesa. Por sua vez, a expansão da língua portuguesa escrita não se limitou ao ultramar e teve, como instrumentos pedagógicos, por um lado, as cartilhas para aprender a ler e, por outro, as gramáticas e ortografias [...]. (ARAUJO, 2008, p. 7)

Acredita-se que João de Barros (1496-1570) nasceu próximo a Viseu, Portugal. Filho de nobre, compunha a Corte e exerceu importante papel no país, tanto no reinado de D. Manuel I quanto no de D. João III. Em decorrência da confiança conquistada, graças a funções de tesoureiro da Índia e feitor das casas da Índia e da Mina, recebeu do Rei D. João III duas capitânicas hereditárias no Brasil (1535). No entanto, um naufrágio impediu-o de concretizar os planos de colonizar o Brasil.

A obra em destaque, cujo trecho configura objeto de análise neste artigo, foi publicada em 1539. Contudo, o texto aqui utilizado compõe a edição crítica organizada por Gabriel Antunes de Araujo, publicada em 2008. Nela, Araujo apresenta uma leitura modernizada e uma reprodução fac-similar, tal qual a única impressão original da obra de que há conhecimento.

Desde suas primeiras páginas a *Cartinha*⁸ apresenta aspectos do século de que faz parte: o mundo lusitano do século XVI, marcado pelos efeitos da expansão do império português que tivera início nas primeiras décadas do século anterior. Obviamente, o país colonizador tinha projetos efetivos no campo econômico, principalmente no que tangia à expansão marítima e comercial, mas era incipiente no domínio e na ocupação das colônias. Como consequência, passou a voltar seu olhar para a expansão linguística; então, o ensino da língua portuguesa tornou-se objeto e meta do Estado.

⁷ Barros exalta a propagação da língua portuguesa nas terras do além-mar, vinculando-a à difusão da doutrina católica, o que a fez ser chamada por ele de “novo apóstolo”. Por conta da crise na Igreja com o surgimento do protestantismo, a necessidade de se expandir a fé católica, para além-mar, era de importância extrema. (SILVA; JESUÍTA, 2013, p. 71)

⁸ Segundo Fávero e Passerini, as cartinhas foram muitas, dentre as quais, possíveis exemplares trazidos ao Brasil, estariam as de João de Barros e a de Frei João Soares. Acompanhadas, também, de preceitos religiosos, comprovam o vínculo do ensino às ideias católicas; assim como, revelam a visão do rei quanto à “língua como instrumento de reafirmação do poder da metrópole frente aos colonizados”. (FÁVERO; PASSERINI, 2021, p. 209)

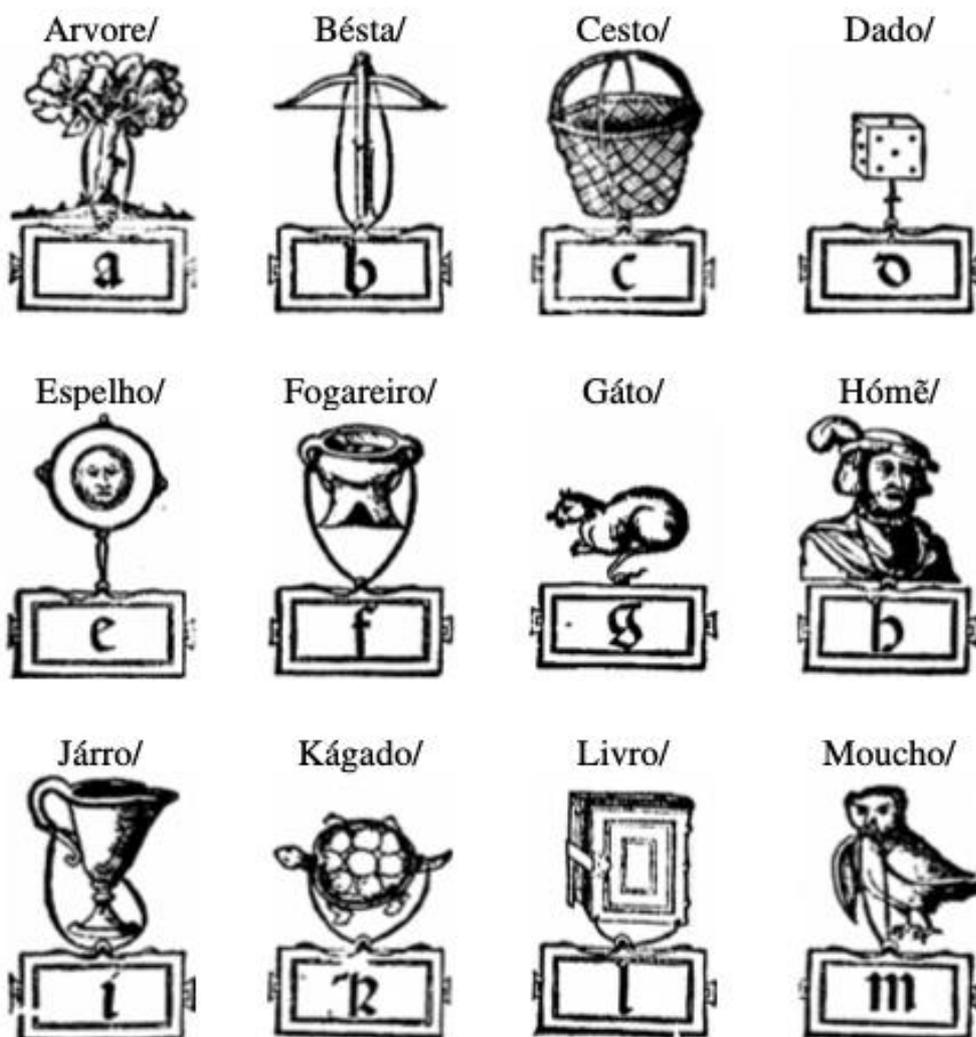
Por conseguinte, Barros desenvolve uma metodologia de alfabetização inovadora para a época, pois privilegiava a memorização por meio de ilustrações associadas ao alfabeto. O próprio autor apresenta justificativa: “porei os primeiros elementos das letras, em modo de arte memorativa, por mais facilmente aprenderem a ler” (ARAUJO, 2008, p. 82). Desse modo, evidencia-se a preocupação com a apropriação do alfabeto para que se principie o processo de leitura, embora saiba-se que a competência leitora envolve mais do que a habilidade de memorizar símbolos.

Contemple-se, em ilustração retirada da obra, a maneira como o autor enquadra letra e substantivo que a exemplifica, acompanhados pela ilustração. O conteúdo está dividido em duas páginas, nas quais as 22 letras latinas distribuem-se.

Fig. 2: Lição da *Cartinha com os Preceitos e Mandamentos da Santa Madre Igreja* (1539)

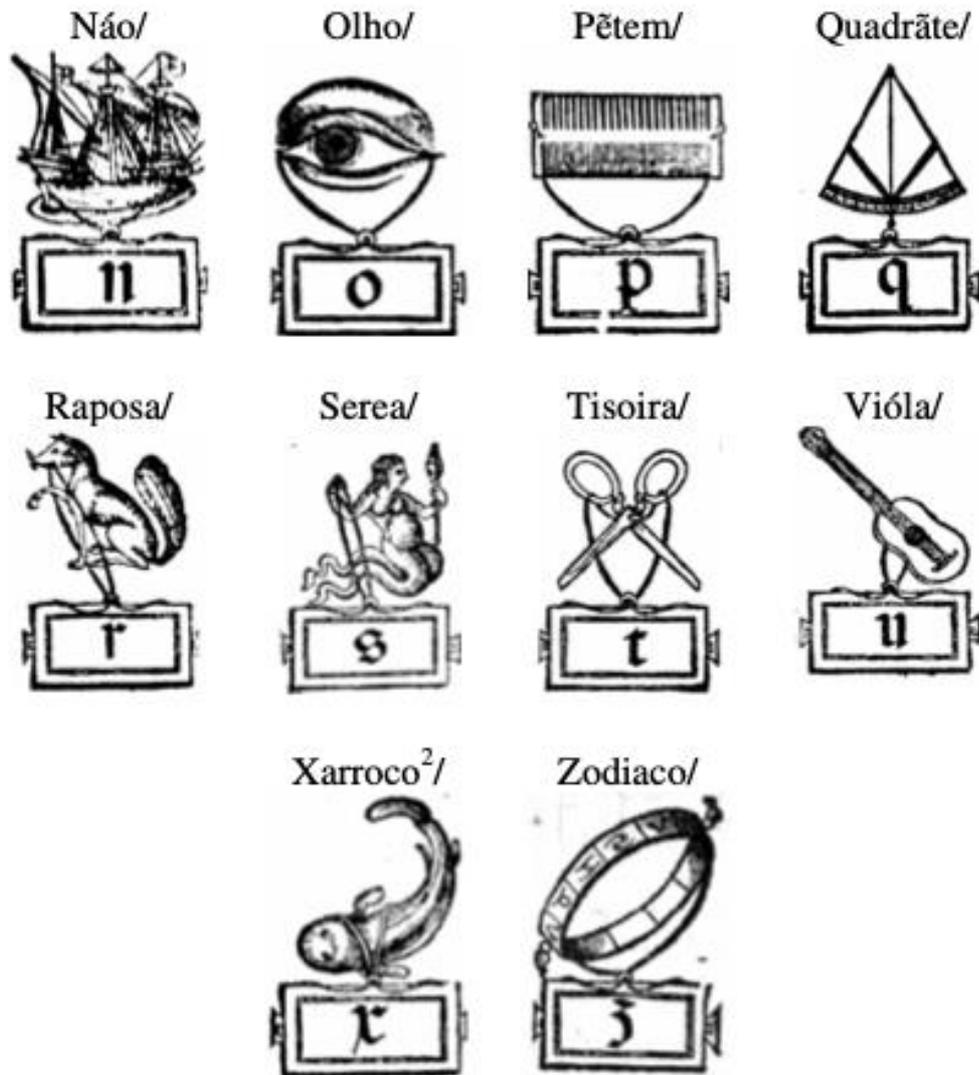
VERBUM – CADERNOS DE PÓS GRADUAÇÃO – ISSN 2316-3267

INTRODUÇAM PER A
APRENDER A LER.



FONTE: ARAUJO, 2008, p. 83.

Fig. 3: Lição da *Cartinha com os Preceitos e Mandamentos da Santa Madre Igreja* (1539)



*Outro a.b.c que temos em que [h]á algũas
leteras dobrãdas.*

FONTE: ARAUJO, 2008, p. 84

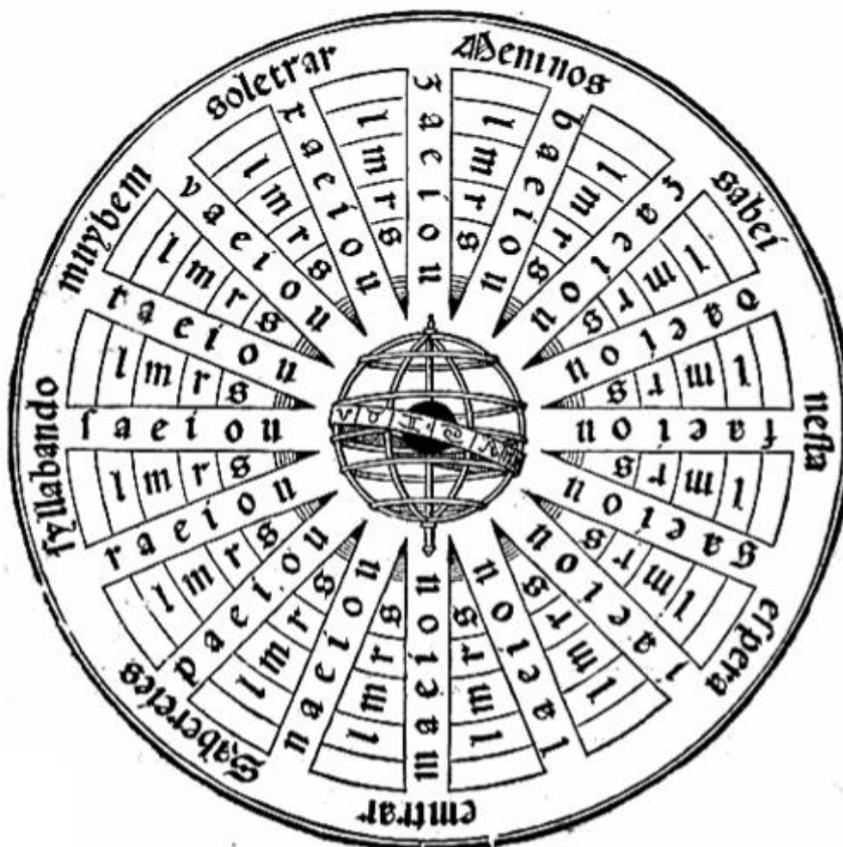
Outra ilustração é apresentada a partir de uma esfera, composta por imagens sobrepostas que, possivelmente, seriam projetadas em movimento, de forma que o conteúdo da imagem superior comporia sentido com o conteúdo da imagem inferior. O símbolo geométrico se forma com pontos equidistantes, fixados no centro. No centro, há a representação de uma esfera

armilar que, em consonância com a expansão marítima portuguesa, também nos remete ao contexto histórico em que a obra foi produzida.

Na parte externa da esfera, há uma mensagem que pode ser lida: “meninos sabei nessa esp(h)era entrar sabereis sylabando muybem soletrar” (ARAUJO, 2008, p. 85), conteúdo de importante significação, pois estabelece uma interlocução direta a quem a *Cartilha* se dirige, bem como, de forma imperativa, afirma que, por meio do conhecimento das sílabas, o interlocutor conseguiria entrar na esfera, a qual, simbolicamente, representa a língua portuguesa e a doutrina católica.

Fig. 4: Lição da *Cartinha com os Preceitos e Mandamentos da Santa Madre Igreja* (1539)

Modo de compor as sílabas com duas, com três e com quatro letras.



FONTE: ARAUJO, 2008, p. 85

Na sequência a obra se distribui a partir de agrupamentos das letras por meio de sílabas, com os quais o autor encerra o capítulo “Introdução para brevemente aprender a ler”. Os demais capítulos, totalizando 18, dizem respeito aos preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja.

Breves considerações sobre a dedicatória

Dedicada ao príncipe Dom Felipe, filho de D. João III, a obra tem, no texto inicial, uma rasura⁹, em que o nome do príncipe foi riscado e, em seu lugar, foi escrito “Ioam”. No texto, o autor faz uso de um elevado vocativo: “ao muito alto e excelentíssimo príncipe Dom Felipe” e apresenta-se como autor.

Por meio de uma analogia a uma fábula de Esopo (...) em que a terra dá benefícios às ervas daninhas em detrimento às sementes que são cultivadas pelo agricultor, o autor considera a facilidade com que as crianças aprendem a língua materna, que seria no caso a língua portuguesa: “provam-se estes segredos e força da natureza nos mesmos meninos, os quais quando começam a formar nossas palavras, em menos de dois anos sabem toda a língua que mamaram no leite”. (ARAUJO, 2008, p. 81)

O valor e a importância do português são destacados pelo autor quando ele faz referência ao papel político que o idioma tem e quando concebe que, por meio dessa língua, Deus o fez príncipe e no futuro, portanto, o fará rei: “a língua que nesta tenra e delicada idade de Vossa Alteza mais natural e obediente vos deve ser, senão a vossa portuguesa, de que Deus vos fez príncipe e rei em esperança”. O aspecto político é reiterado em decorrência da expansão colonizadora sobre a África e a Ásia no que tange à importância da língua portuguesa: “[...] por amor, armas e leis tão amada e temida”. (ARAUJO, 2008, p. 81)

O autor, ainda, afirma que o aprendizado natural da língua portuguesa possibilita aos usuários dela que se apropriem mais facilmente das línguas clássicas (gramáticas latina e grega), pois, segundo ele, há entre as três conformidades. Para encerrar, Barros explica que, antes da gramática, apresentará “os primeiros elementos das letras, em modo de arte memorativa” – segundo ele, trata-se de uma maneira mais fácil de aprender a ler. Esse conteúdo configura o manual, denominado *Cartinhas*, que foi anteriormente apresentado neste artigo.

A expulsão dos jesuítas e o período pombalino

⁹ D. Filipe morreu precocemente aos seis anos de idade (1533–1539). Sua morte ocorreu antes da impressão da *Cartinha* e fora ele a quem João de Barros dedicara sua obra. Foi sucedido por seu irmão, D. João Manuel. Por isso, encontra-se ao lado do nome de Filipe, que fora riscado, o nome de Ioam (ARAUJO, 2008, p. 10).

A última fase do período colonial continuou marcada pela ausência de livros e de imprensa. Em concomitância a isso, os avanços no letramento e na leitura eram rudimentares. Ao final do século XVIII, o Brasil contava com uma população de 0,5% de letrados, apenas. Por outro lado, havia um forte sentimento de unidade nacional e os primórdios de ideias emancipatórias.

Mas, apresentados os fatos à sua verdadeira luz, a obra de catequese e a do ensino elementar, nas escolas de ler e escrever, ultrapassam, nos seus efeitos, os fins imediatos que visam os jesuítas. Atraindo os meninos índios às suas casas ou indo-lhes ao encontro nas aldeias; associando, na mesma comunidade escolar, filhos de nativos e de reinóis [...], os jesuítas não estavam servindo apenas à obra de catequese, mas lançavam as bases da educação popular e, espalhando nas novas gerações a mesma fé, a mesma língua e os mesmos costumes, começavam a forjar, na unidade espiritual, a unidade política de uma nova pátria. (AZEVEDO, 1963, p. 507)

O período jesuítico foi marcado pela formação das primeiras bibliotecas da colônia, que começaram modestamente, com obras trazidas pelos padres quando vinham às missões, mas chegaram a volumes substanciais até meados de 1750. Quanto à imprensa, estabeleceu-se a fundação da primeira oficina tipográfica, pelo Padre Francisco de Faria; no entanto, foi ela destruída por ordem do governo português, em 1747. Em paralelo, recebeu-se como ordem proibitiva não poderem ser impressos livros, obras ou papéis avulsos.

A partir da primeira metade do século XVIII, a Companhia de Jesus passou a receber uma série de ataques, que desembocaram em sua expulsão no ano de 1759, assim como no confisco de todos os bens da Ordem. As alegações apresentadas eram de que os jesuítas haviam perdido o antigo espírito de seu fundador, e sua Ordem estava marcada pela ambição de poder e riquezas; portanto, eles tentavam manipular os governos como instrumento político, atuando a favor de benefícios próprios e contra os interesses nacionais.

Por conseguinte, a Europa vivia uma espécie de efervescência cultural, e o monopólio do ensino desde 1555 era um dos fatores que mantinham a cultura e a educação em Portugal estancadas e retrógradas. Como consequência, havia miséria intelectual e econômica no reino, e a culpa era atribuída aos jesuítas. Como resultado desse processo, em 1759, Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo) os expulsou do reino e de seus domínios, mas, em vez de inovação e modernidade, ele instaurou uma política radical com medidas conservadoras, semelhantes às tomadas em outros países europeus.

A condição dos jesuítas teve seu ápice com a supressão da Companhia de Jesus pelo Papa Clemente XIV, que decretou imediata expulsão, exílio, confiscação de bens e fechamento dos colégios. Depois de atingir o objetivo fundamental de emancipar o ensino público da influência pedagógica dos jesuítas, o ministro do rei D. José I (Marquês de Pombal) promoveu, na colônia brasileira, uma série de medidas tardias e fragmentadas.

O documento que continha as medidas foi publicado no ano de 1759, intitulado *Alvará Régio de 28 de junho de 1759*. Ele continha as seguintes determinações: criação do cargo de “Diretor Geral de estudos”; exames admissionais para professores; obrigatoriedade de licença de funcionamento para as instituições escolares; proibição das obras de Manuel Álvares e de Bento Pereira; proibição do ensino e do uso do tupi; instituição do português como língua única do Brasil; estabelecimento, para os professores, dos privilégios de nobres.

Foi apenas a partir de 1772 (13 anos depois) que uma ordem régia mandou estabelecer as aulas que foram suprimidas. Nessa ordem, decretaram-se 17 aulas de ler e escrever (de primeiras letras, de gramática, de latim, de grego e, posteriormente, de filosofia), no Rio de Janeiro e nas principais cidades das capitanias. Além disso, instituiu-se o “Subsídio Literário”, imposto criado para a manutenção do ensino primário médio, mas que não supria as necessidades do ensino, e mantiveram-se proibições vinculadas à imprensa e à instauração de um ensino superior na colônia.

Lamentavelmente, as medidas não possibilitaram acesso à leitura por parte da grande maioria da população brasileira; afinal, elas restringiram ainda mais o ensino à elite colonizadora. Se eram rudimentares os recursos e os meios utilizados pelos jesuítas, ao menos eles garantiam um princípio de acesso ao letramento. Por outro lado, no período pombalino, o que se teve foi um significativo o retrocesso e um amplo abandono dos alicerces pedagógicos outrora construídos.

Conclusão

Em uma sociedade heterogênea, marcada pela violência e pelo conflito, a Ordem dos Jesuítas construiu, por 210 anos, um legado que contribuiu para a formação cultural do Brasil ao mesmo tempo que promoveu a destruição de culturas não europeias. Certamente, a Companhia de Jesus promoveu o surgimento de uma nova classe social: a dos intelectuais, meninos abastados que estudavam nos Colégios de padres e depois concluíam sua formação em Coimbra. No entanto, decretou um ensino medíocre aos filhos dos nativos. Dessa forma,

favoreceu o processo de desigualdade não apenas no campo da educação, mas nos demais setores a ele ligados.

Se, por um lado, a atuação dos jesuítas tendeu a construir desigualdade social na Colônia, por outro, as limitações impostas pela Metrópole foram muitas e estabeleceram enormes distâncias sociais entre as duas nações. Ademais, nos últimos anos de Brasil colonial, o país enfrentou o retrocesso decretado por reformas do Período Pombalino, o que resultou em ainda mais pessoas sem acesso à leitura. Inegavelmente, o século XVIII foi marcado por uma série de transformações que reconfiguraram a leitura e a publicação de livros, mas, no Brasil, estas concretizaram-se apenas no século seguinte.

Referências

ARAUJO, Gabriel Antunes. Apresentação. In: BARROS, João de. *Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja: 1539 ou Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Humanitas/Paulistana, 2008. p. 81-82.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. 3.ed. Campinas: Editora Unicamp, 2014 [1992].

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

CARDIM, Fernão. *Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adorações e cerimônias*. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, (1981 [1584]).

COLOMBAT, Bernard.; FOURNIER, Jean-Marie.; PUECH, Christian. *Uma história das ideias linguísticas*. São Paulo: Contexto, 2017 [2010].

FÁVERO, Leonor Lopes. Heranças – A educação no Brasil Colônia. *Rev. ANPOLL*, n. 8, p. 87-102, jan./jun. 2000.

FÁVERO, Leonor Lopes. *A política Linguística na América Latina Colonial e as Línguas Gerais*. Apresentação de Trabalho na Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Universidade Católica de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.lllf.uam.es/clg8/actas/pdf/paperCLG64.pdf>. Acesso em 04/dez. 2021.

FÁVERO, Leonor; MOLINA, Márcia. *As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FÁVERO, Leonor; PASSERINI, Thiago. 210 anos de educação jesuítica: o ensino de línguas na babel brasileira. *Confluência*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, Especial 30 anos, p. 199-232, jun. 2021.

LEITE, Serafim. Fundação da linguística nacional. In: *História da Companhia de Jesus no Brasil – Tômoo II (Século XVI – A OBRA)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. p. 545-568.

LEITE, Serafim. *Novas Cartas Jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 1992 [1978].

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Editores Associados, 2010.

SILVA, Alexandre José da; JESUÍTA, Cristiano Silva. A aprendizagem da leitura na *Cartinha* de João de Barros. *Verbum*, n. 4, p. 68-81, 2013.

TEIXEIRA, Viviane Lourenço. A *Cartinha* com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja, de João de Barros (1539), sob a ótica da historiografia linguística. *Philologus*, ano 26, n. 78, p. 84-96, set./dez. 2020.

READING IN THE COLONIA: NO BOOK AND NO PRESS

ABSTRACT

This paper aims to analyze how the reading process in Colonial Brazil came about in a scenario in which the nation had very few books available and no news media at all. For this purpose, this article, based on the sources *História das Ideias Linguísticas* (AUROUX, 2014 [1992], FÁVERO; MOLINA, 2006, COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017), goes through the institutionalization of Portuguese language teaching promoted by the Jesuit Priests, as well as the consequences of the rupture determined by the Marquis of Pombal. As a result, the study shows the schism of the reading competence performance among indigenous children and how uneven this competence is when compared to children born of the settlers' families.

Keywords: Colonial Period. Reading competence. *História das Ideias Linguísticas*.

Data: 29/11/2021